

IMAGENS DA ESCRAVIDÃO - UMA LEITURA DE ESCRITOS POLÍTICOS E FICCIONAIS DE JOSÉ DE ALENCAR *

Hebe Cristina da SILVA

RESUMO *O presente texto analisa as imagens de escravidão em O Tronco do Ipê (1871) e Til (1872), dois romances de José de Alencar. Essas obras foram publicadas em um momento em que, no plano político, as discussões acerca do chamado “elemento servil” aqueciam a nação e, no plano literário, discutia-se a criação de uma literatura genuinamente brasileira. José de Alencar, como político e como literato, participou ativamente dessas discussões e registrou suas opiniões tanto em textos políticos e críticos quanto em romances. O texto analisa o diálogo entre as convicções do político acerca da chamada “questão servil” e a prática do romancista no tratamento dispensado aos escravos e à escravidão no romance, gênero que, para ele, devia constituir uma “fotografia da sociedade”.*

ABSTRACT *This text analyses the images of slavery in O Tronco do Ipê (1871) and Til (1872), two novels written by José de Alencar. These books were published in a political context full of discussion about the slavery. In literature, people discussed about the creation of a genuine Brazilian literature. José de Alencar, who was politician and writer, took part in all that discussions and registered his opinions in political and critical texts, in addition to novels. The text analyses the dialog between the ideas of the politician about the abolition and the experience of the novelist in the treatment of the slaves and the slavery in the novel, a gender that, in his mind, should make up a “picture of the society”.*

I

A manutenção do trabalho escravo no Brasil foi um dos temas mais discutidos pelos políticos durante o século XIX. A partir de meados do século, várias questões

* Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentado ao Curso de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 02 de fevereiro de 2004, orientada pela Profa. Dra. Márcia Abreu.

externas contribuíram para que fosse tomando volume a necessidade de criarem-se medidas que conduzissem ao fim da escravidão no país. Nesse momento, a pressão inglesa para que se abolisse o trabalho escravo intensificou-se em relação ao Brasil, cuja situação perante os demais países tornou-se mais delicada, pois a prática escravista foi cada vez mais condenada pelas nações européias. Além disso, a abolição efetuada pelos Estados Unidos na década de 1860 deixou o Brasil, juntamente com Cuba, na posição de últimos territórios ocidentais mantenedores da escravidão.

Os intelectuais brasileiros estavam cientes do prejuízo moral causado pela manutenção do regime escravista. Como exemplo desse aspecto podemos mencionar o fato de que a Constituição de 1824 excluiu os escravos de seus dispositivos¹, atitude que pode ser vista como indício da preocupação do governo em apagar a presença da escravidão no país. Entretanto, encaminhar o Brasil para o fim do regime escravista consistiu numa tarefa que encontrou vários obstáculos, pois a escravidão estava totalmente enraizada nos costumes nacionais, mantendo relações viscerais com a agricultura, principal atividade econômica da época. Além disso, o trabalho escravo estava presente em toda a extensão do território brasileiro: na década de 1870, por exemplo, todos os 643 municípios imperiais dos quais havia estatística ainda possuíam escravos², os quais contribuíam com seu trabalho para praticamente todos os setores econômicos³. A posse de escravos era estendida a todas as classes sociais, desde os grandes fazendeiros, que os possuíam em número elevado, aos homens brancos livres ou aos escravos libertos, os quais muitas vezes tiravam seu sustento do trabalho de um só cativo, os chamados “escravos de ganho”.

O governo via-se, assim, diante de um impasse: não podia tomar uma atitude drástica para findar o tráfico ou mesmo decretar o fim da escravidão, pois tais medidas eram concebidas como prejudiciais aos interesses nacionais pela maioria das pessoas; ao mesmo tempo, necessitava redimir-se perante as nações *civilizadas*. O primeiro passo dado pelo país relativamente à questão demonstra a dificuldade em que consistia semelhante empresa: a extinção do tráfico de africanos foi um compromisso estabelecido pelo Brasil com a Inglaterra em 1826, por ocasião da consolidação da independência, mas isso só aconteceu realmente em 1850, quando o governo imperial decretou uma

¹ A respeito da primeira Constituição brasileira, Boris Fausto observa que “um contingente ponderável da população – os escravos – estava excluído de seus dispositivos. Deles não se cogita, a não ser obliquamente, quando se fala dos libertos”. (FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, pp. 149 a 152).

² Apud: CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 6.

³ Robert Conrad menciona que, em 1872, as atividades exercidas pelos escravos poderiam ser agrupadas nas seguintes categorias: artistas, marinheiros, pescadores, mineiros e trabalhadores de pedreiras, trabalhadores metalúrgicos, carpinteiros, trabalhadores têxteis, trabalhadores da construção, trabalhadores do couro, tintureiros, alfaiates, fabricantes de chapéus, fabricantes de sapatos, trabalhadores agrícolas, servidores e jornaleiros, Serviço doméstico. (CONRAD, *Idem*, p. 360).

segunda lei proibindo o tráfico e tomou medidas efetivas para extingui-lo, visto que a lei promulgada em 1831 para o mesmo fim não surtira qualquer efeito.

A década de 1860 foi decisiva no que se refere ao andamento que o governo daria à chamada “questão servil” e muitos acontecimentos internos colaboraram para que se abrisse espaço para a discussão de medidas abolicionistas no âmbito político. Nesse período, o imperador começou a demonstrar certa simpatia pela causa emancipacionista, algo que influenciou muito no andamento da questão⁴, vários projetos para encaminhamento da reforma servil foram apresentados à coroa e o partido liberal declarou seu apoio às intenções do monarca.

Assim, a década de 1870 foi iniciada com inúmeros debates acerca da escravidão e de possíveis medidas emancipacionistas. No ano de 1871, em especial, o cenário político teve como personagem principal a discussão de um projeto de Lei que propunha várias medidas emancipacionistas, como a libertação dos filhos da mulher escrava que nascessem a partir da data de sanção da lei e a concessão aos escravos do direito à formação de pecúlio e à alforria forçada. Apesar do apoio do imperador, a aprovação desse projeto encontrou inúmeras objeções por parte de uma parcela significativa dos políticos e da população. Isto porque, ao contrário do que de imediato se pensa, podemos dizer que a decisão de finalizar o regime escravista brasileiro deu-se nesse momento, pois optar por deixar livre o fruto do ventre escravo correspondia a cessar a única fonte geradora de cativos que restara ao país após o fim do tráfico de africanos. Além disso, a Lei de 1871 mostrou-se marcante pelo fato de ser a primeira atitude governamental que interferia diretamente nas relações escravistas: ela propunha medidas relativas à alforria, papel que sempre coubera aos senhores e, com isso, abalava um dos pilares que sustentavam a autoridade plena do senhor em relação ao escravo⁵. Apesar de todas as dificuldades, o projeto de lei foi aprovado nas várias instâncias governamentais do império e, em 28 de setembro de 1871, foi outorgada a lei posteriormente conhecida como Lei do Ventre Livre.

José de Alencar, como político, condição em que foi bastante atuante entre os anos de 1861 e 1877⁶, esteve entre aqueles que se opuseram à aprovação do projeto

⁴ Em 1866, por exemplo, em resposta a uma carta que recebera da Junta Francesa de Emancipação incitando-o a extinguir a escravidão pelo uso de seu poder e de seu prestígio, D. Pedro II declarou que “a emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, não passava de uma questão de forma e de oportunidade”. *Apud*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império”. *In*: HOLANDA (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. 3º Volume. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, p. 206.

⁵ CHALHOUN, Sidney. *Machado de Assis: histórias, História*. Tese apresentada ao Departamento de História da UNICAMP para concurso público ao cargo de Professor Titular. Campinas: 2002, p. 41.

⁶ O início da atuação de José de Alencar como político deu-se em 1860, quando se candidatou a Deputado-Geral pelo Partido Conservador e foi até a Província do Ceará fazer propaganda política. Nessas eleições foi eleito, estreando na Câmara em 23 de maio de 1861. Em 1863, o Imperador dissolveu a Câmara, convocando novas eleições, mas ele não conseguiu reeleger-se. Assim, Alencar ficou fora da política até 1868, quando foi convidado a ocupar o cargo de Ministro da Justiça no Gabinete Conservador Dezesseis de

que se converteu na Lei de 1871. Nos anos de 1870 e 1871, ele era deputado geral do Ceará pelo partido conservador e proferiu vários discursos na Câmara explicitando sua opinião acerca do assunto, a qual foi divulgada também em periódicos da época.

A postura de Alencar consistia, basicamente, em mostrar-se contrário à intervenção direta do governo nas questões escravistas, sugerindo que a legislação deveria respeitar a vontade senhorial e impulsionar a iniciativa privada a libertar os escravos. Ele apresentou os seguintes argumentos com vistas a justificar sua opinião: a proposta era contrária às idéias do partido conservador, que estava no poder naquele momento; as medidas propostas desorganizariam o trabalho porque abalariam a autoridade do senhor, visto que a alforria não seria mais um prêmio que ele concederia aos escravos que fossem trabalhadores e obedientes; a desorganização do trabalho prejudicaria a economia do país, pois a agricultura dependia da atuação dos cativos; a proposta seria lesiva para os próprios escravos, que não estavam aptos para a liberdade e precisavam ser preparados para que fossem integrados na sociedade e não se tornassem vítimas da marginalização e da miséria. O argumento mais fortemente reiterado em seus textos refere-se à “revolução dos costumes” pela qual o país estaria passando. Segundo ele, era patente a “revolução operada no espirito publico, nos costumes e nas tendencias da população”⁷ e essa “revolução moral” levaria à extinção do trabalho escravo por meio das manumissões efetuadas pelos senhores, os quais deveriam ser apoiados e incentivados pelo governo nesse sentido. Além disso, essa revolução fazia com que a escravidão no Brasil não fosse um costume bárbaro:

Senhores, é um fato reconhecido a moderação e doçura de que se tem revestido sempre, e ainda mais nos últimos tempos, a instituição da escravidão em nosso País. (*Apoiados.*)

Nossos costumes, a índole generosa de nossa raça, impregnaram essa instituição de uma brandura e solicitude que a transformaram quase em servidão.[...]

Pois bem, se com a nossa impaciência sufocarmos esses sentimentos generosos, se sopitarmos esses sentimentos benévolos; se criarmos o antagonismo entre raças que viveram sempre unidas, retribuindo uma com sua proteção os serviços da outra, não receais que desapareça de repente esse caráter de moderação e caridade?⁸

Julho, organizado por Itaboraí, no qual permaneceu até 1870, quando pediu demissão alegando incompatibilidade com outros membros do Gabinete. Outro motivo que o teria levado a pedir exoneração do cargo seria o intuito de ocupar o lugar de Senador, para o qual havia se candidatado em 1869. Consta que ele obteve o maior número de votos, mas seu nome não apareceu na Carta Imperial de 1870 na qual foram divulgados os nomes escolhidos pelo monarca. Como em 1869 também havia sido eleito deputado-geral, retornou à câmara. A legislação durou até maio de 1872, quando o Imperador convocou novas eleições, nas quais foi novamente eleito para a legislação de 1872-1875. Em 1876, nova eleição, outra vitória do escritor e político.

⁷ ALENCAR, José de. “Contradição”. *Dezesseis de Julho – órgão conservador*. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1870. A ortografia original dos textos oitocentistas por mim localizados foi mantida.

⁸ ALENCAR, “Elemento Servil. (Discurso de 13/07/1871)”. In: *Discursos Parlamentares de José de Alencar – deputado-geral pela província do Ceará (1861-1877)*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 240.

Podemos dizer que os argumentos de Alencar atribuíram às medidas emancipacionistas propostas pelo governo um caráter extremamente lesivo e desnecessário. Segundo suas palavras, essas propostas interromperiam a “revolução dos costumes” pela qual o Brasil estava passando, a qual conduziria à natural extinção do trabalho escravo, e trariam inúmeros danos ao país, prejudicando sua economia e até mesmo os próprios escravos.

Ao mesmo tempo em que participava das discussões políticas da época, José de Alencar mostrava-se igualmente ativo nas discussões acerca da literatura brasileira ocorridas naquele momento, mais especificamente acerca da criação de uma literatura genuinamente brasileira, preocupação que perpassou o pensamento da maioria dos intelectuais brasileiros oitocentistas.

De fato, nas primeiras décadas do XIX, ocorreu uma significativa mudança no modo de os escritores nacionais conceberem o fazer literário, a qual esteve estreitamente relacionada com a independência política e com o advento do Romantismo. Resumidamente, nesse momento instaurou-se o desejo de, à semelhança do que representou a independência para o aspecto político do país, chegar-se à autonomia também intelectual através da construção de uma literatura nacional. Conforme observa Antonio Candido, “a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação.”⁹ Assim, os escritores viam-se movidos por um sentimento de dever patriótico, cuja força derivou bastante do contexto de independência da nação, acontecimento que colaborou para que se desenvolvesse o “desejo de criar uma literatura independente, diversa, não apenas uma literatura.”¹⁰ Semelhante quadro foi fruto, também, do fato de que muitos elementos do Romantismo europeu vinham ao encontro das aspirações desses intelectuais brasileiros, como a valorização do nacional e o modo de conceber a natureza. Candido assinala a “felicidade com que as sugestões externas se prestaram à estilização das tendências locais.”¹¹

As discussões dos românticos brasileiros demonstram que eles acreditavam que uma literatura genuinamente nacional deveria expressar o Brasil, traduzindo na forma de textos as belezas e particularidades que o país possuía, o que se daria através da inclusão da “cor local” brasileira. Basicamente, os elementos que esses escritores acreditavam que deveriam figurar nos textos que se pretendessem genuinamente nacionais eram: natureza exuberante, indígenas, passado nacional, costumes peculiares e trabalho diferenciado com a linguagem.

⁹ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. Vol. II, p. 12.

¹⁰ CANDIDO, *Idem*, p. 12.

¹¹ CANDIDO, *Idem*, p. 15.

Alencar, na condição de literato, compartilhou das preocupações de seus contemporâneos, como indica seu projeto literário, o qual está disperso em seus textos críticos e aparece claramente delineado em “Benção Paterna”, prefácio do romance *Sonhos D’Ouro*, publicado em 1872. O romancista, porém, deu uma nuance diferente à noção de literatura nacional da época, pois seus textos sugerem que ele intentava que suas obras abordassem as várias fases da história do país e todas as particularidades do momento histórico em que escrevia. Para ele, a literatura brasileira possuía três fases:

A primitiva, que se pode chamar aborígine, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalsamaram a infância do povo [...] *Iracema* pertence a essa literatura primitiva [...]

O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido. [...] É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a independência.

A êle pertencem *O Guarani* e *As Minas de Prata*. Há aí muita e boa messe a colhêr para o nosso romance histórico [...].

A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço.¹²

As obras pertencentes à terceira fase foram divididas por ele em dois grupos, de acordo com o ambiente que se propunham a abordar. Primeiramente, haveria o ambiente regional, recantos em que a civilização européia ainda não se propagara e que conservavam a pureza original dos costumes e tradições, o qual fôra abordado em *O Tronco do Ipê*, *Til* e *O Gaúcho*. O outro ambiente a ser tematizado pelas obras que intentassem abordar a contemporaneidade eram os grandes centros, que colocavam o escritor diante da tarefa de retratar a adolescência da sociedade brasileira, a qual teria uma “fisionomia indecisa, vaga e múltipla”. Essa “sociedade adolescente” estaria mesclando suas formas puras da infância com “idéias e costumes estranhos” que importava continuamente de outros povos e estava delineada em *Lucíola*, *Diva*, *A Pata da Gazela* e *Sonhos D’Ouro*.

Os textos críticos de Alencar também indicam que ele elegeu o romance como gênero em que concretizaria seu projeto literário. Em *Como e Porque Sou Romancista* (1873), ele declarou a “predileção de [seu] espírito pela forma do romance”¹³, gênero a respeito do qual possuía noções bastante definidas:

¹² ALENCAR, José de. “Benção Paterna” – Prefácio a *Sonhos D’Ouro*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José de Aguiar, 1959. Vol. I, pp. 697/698.

¹³ ALENCAR, José de. *Como e Porque sou Romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 15. A obra foi escrita em 1873 e publicada postumamente em 1893.

A realidade, ou melhor, a naturalidade, a reprodução da natureza e da vida social no romance e na comédia, não a considero uma escola ou um sistema; mas o único elemento da literatura: a sua alma. O servilismo do espírito eivado pela imitação clássica ou estrangeira, e os delírios da imaginação tomada do louco desejo de inovar, são aberrações passageiras; desviada um momento, a literatura volta, trazida por força irresistível, ao belo, que é a verdade. Se disseram que alguma vez copiam-se da natureza e da vida cenas repulsivas, que a decência, o gosto e a delicadeza não toleram, concordo. Mas af o defeito não está na literatura, e sim no literato; não é a arte que renega do belo; é o artista, que não soube dar ao quadro esses toques divinos que doiram as trevas mais espessas da corrupção e da miséria.¹⁴

O excerto permite apreender uma noção cara a Alencar: a estreita relação entre o romance e a realidade; em outros textos, ele chegou a definir romance “fotografia da sociedade”¹⁵ ou “poema da vida real”¹⁶. Apesar disso, os textos críticos em que abordou esse gênero denotam seu esforço de tentar resguardar o espaço da liberdade de criação do escritor ao compor suas obras. No excerto acima, por exemplo, ele declarou que o escritor devia basear-se na realidade ao compor suas obras, mas também precisava ter a habilidade de dar a ela alguns “toques divinos” de modo que o texto não causasse certa repugnância ao leitor.

II

Os escritos políticos e literários de Alencar permitem apreender duas imagens de Brasil: quando aborda a “questão servil”, temos a imagem de um país dependente do trabalho escravo cujas relações escravistas são harmônicas; nos textos em que discute a criação da literatura genuinamente brasileira, temos uma imagem de Brasil como paraíso de belezas naturais, antepassados indígenas e costumes peculiares. Entretanto, o projeto literário do autor tinha como fundamento o trabalho com a realidade e, por isso, perguntamo-nos: há diálogo entre as idéias do político e do romancista no que se refere ao tratamento da escravidão em seus textos ficcionais? Tentaremos responder essa pergunta analisando as imagens de escravidão presentes em *O Tronco do Ipê* (1871) e *Til* (1871, em folhetim; 1872, em volume), duas obras publicadas exatamente no momento em que o deputado conservador emitia fervorosamente suas opiniões na Câmara.

¹⁴ ALENCAR, José de. “Advertência” a *As Asas de um Anjo*. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980, p. 105.

¹⁵ “Como se há de tirar a **fotografia dessa sociedade**, sem lhe copiar as feições?” [ALENCAR, “Benção Paterna”, *Op. Cit.*, p. 699, grifo meu].

¹⁶ “O romance, como eu agora o admirava, **poema da vida real**, me aparecia na altura dessas criações sublimes que a Providência só concede aos semideuses do pensamento, e que os simples mortais não podem ousar, pois arriscam-se a derreter-lhes o sol, como a Ícaro, as penas de cisne grudadas com cera. [ALENCAR, *Como e Porque... Op. Cit.*, pp. 43/44, grifo meu].

O Tronco do Ipê conta a história de Mário, garoto que perdera o pai e, juntamente com a mãe, vivia na fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, interior do Rio de Janeiro, sob a proteção do fazendeiro Joaquim de Freitas, amigo de infância de seu pai. A mencionada fazenda fora propriedade do avô de Mário e foi obtida ilicitamente por Freitas, o Barão da Espera, que pretendia efetuar o casamento de Mário e sua filha Alice com vistas a devolver os bens a quem realmente pertenciam. Mário foi estudar no Rio de Janeiro e, posteriormente, na Europa, de onde voltou formado em Engenharia. Ao retornar, a desconfiança que sempre nutrira em relação ao barão voltou a dominá-lo e, através de Benedito, antigo pagem de seu falecido pai, ele descobriu toda a verdade e recusou o casamento com Alice, apesar de ambos estarem apaixonados. Vários acontecimentos levaram-no a reconciliar-se com o barão, episódio que foi sucedido pelo seu casamento com Alice e pela mudança da família para a corte. A fazenda ficou abandonada e passou a ser vista como local mal assombrado. Benedito, que possuía fama de feiticeiro, enlouqueceu após perder a esposa Nhá Chica e passou a ser o único habitante do local.

O enredo de *Til* gira em torno de Berta, uma jovem órfã que morava com a viúva Nhá Tudinha e seu filho Miguel em um sítio na região de Campinas, interior de São Paulo. Ela era filha ilegítima de Luís Galvão, um importante fazendeiro que seduzira Besita, sua mãe, que foi assassinada pelo marido traído. As únicas pessoas que conheciam a história eram Zana, antiga escrava de Besita que enlouquecera ao presenciar seu assassinato, e João, amigo que nutria um amor platônico por Besita e que, após sua morte, jurou vingá-la e passou a zelar por Berta. João Bugre fora empregado de Luís Galvão mas, ao saber de sua atitude para com Besita, rompeu com ele e passou a viver como capanganga de fazendeiros ricos, sendo temido pelas pessoas do local, que passaram a chamá-lo de João Fera. Cerca de vinte anos após haver matado Besita, Ribeiro retornou à região com o intuito de matar Berta e completar sua vingança, mas acabou sendo morto por João. Nesse ínterim, Berta descobriu o que acontecera no passado mas se recusou a ser registrada como filha de Luís Galvão e optou por adotar João como pai, alegando que ele sempre zelara por sua vida sem que ela soubesse. O amor filial de Berta levou João a abandonar a criminalidade e a dedicar-se ao trabalho na lavoura.

Como se percebe, ambos os romances têm como cenário o ambiente regional e seus enredos se desenvolvem basicamente em duas fazendas. Apesar de centrarem-se em personagens brancas, as narrativas possuem personagens escravas e trazem algumas imagens do trabalho escravo e da relação entre senhores e cativos. Por isso, permitem-nos apreender imagens da sociedade escravista da época e relacioná-las com a imagem criada por Alencar em seus textos políticos.

Em *O Tronco do Ipê*, temos a imagem de uma sociedade relativamente harmônica cujo eixo é a vontade senhorial, que garante a ausência de tensões raciais e sociais e administra bem o *universo* que lhe cabe coordenar. A fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, local em que acontecem quase todos os episódios, é descrita como um lugar em que reina a harmonia social e que, apesar do contato com a corte, onde se buscam roupas e

artefatos mais refinados e se estabelecem relações políticas, funciona por si mesmo. É um mundo bem estruturado que não se sustenta sem a supervisão do senhor/proprietário, visto que deixa de existir quando o Barão da Espera muda-se para a corte com sua família.

O livro problematiza a existência de uma sociedade que parece movida pela troca de favores, já que a obtenção de benefícios é o que impulsiona grande parte das personagens a se relacionarem umas com as outras. Entretanto, podemos dizer que semelhantes tensões estão estreitamente relacionadas com o âmbito político e com a busca por dinheiro, visto que é a ambição por votos, prestígio e influência que leva algumas personagens à desonestidade, à falsidade e à ausência de retidão de caráter. Ademais, dentro das relações estabelecidas internamente na fazenda (senhor/escravos; senhor/família) essas questões não aparecem.

Essa conjectura é, de certa forma, atestada pela imagem de sociedade apreendida em *Til*. Nessa obra, também notamos a imagem de uma fazenda cujas relações harmônicas são mantidas pela autoridade senhorial, mas ela está isenta das tensões advindas das relações políticas e da ambição financeira que permeavam o outro romance. Por estar situada num ambiente caracterizado como distante da sociabilidade europeizada da corte e das manobras políticas, as relações não parecem mediadas por interesses e as personagens não agem exclusivamente movidas pela ambição por poder, prestígio e influência política. Por isso, apesar de o senhor/proprietário Luís Galvão ser responsável pelo bom andamento do trabalho e pela manutenção da harmonia das relações sociais em sua fazenda, seu domínio não se estende a todas as instituições e pessoas que o rodeiam. Ele é respeitado, sua vontade é cumprida, mas não tem ao redor de si políticos, religiosos, policiais e dependentes que se submetem à sua vontade com vistas a obter benefícios.

As obras em questão também trazem imagens da condição das pessoas livres e pobres, às quais são conferidas nuances diferentes.

Em *O Tronco do Ipê*, as personagens que se encontram nessa condição aparecem configuradas exclusivamente como dependentes, como o compadre Domingos Pais, que se esforça para satisfazer as vontades do Barão da Espera e sobrevive às suas custas. Essas personagens parecem não encontrar outra forma de inserir-se na sociedade e prover seu sustento, esforçando-se para obter a proteção do senhor/proprietário. Tal situação é caracterizada como problemática e a insistência do narrador em ridicularizar a figura do compadre Domingos Pais, ressaltando e ironizando a sua total subordinação à vontade dos protetores, não é gratuita. Igualmente significativo é o fato de Mário, o herói da história, ser delineado como um dependente que não se submete completamente ao domínio de seu protetor e luta por uma relativa autonomia.

Em *Til*, a situação do homem livre pobre é caracterizada sob outro viés. Jão Fera, diferentemente de Domingos Pais, zela pela manutenção de sua honra e integridade moral, por isso não se submete à condição de dependente, pois quer ser “senhor de sua vontade”. O problema é que, em sua visão de mundo, a única saída possível para obter

a subsistência sem comprometer a liberdade é a criminalidade, visto que o trabalho lhe parece uma atividade humilhante. Entretanto, quando vinga a morte de Besita, Berta passa a tratá-lo como pai e o amor filial que lhe dedica impulsiona-o a deixar de cometer atrocidades e a sustentar-se através do trabalho braçal.

Nesse sentido, as obras parecem problematizar a questão dos homens livres pobres sob dois enfoques: por não se disporem a trabalhar, alguns deles passam à condição de dependentes e muitas vezes comprometem sua integridade moral; outros, em prol da manutenção dessa integridade, enveredam pela criminalidade. Para ambos, a solução para prover a subsistência de modo digno e dentro dos padrões legais é a dedicação ao trabalho: é o que faz, em *O Tronco do Ipê*, o pai de Mário quando se desentende com seu pai e vê-se sem herança; é a atitude que Mário estava disposto a tomar caso não tivesse se reconciliado com o Barão; é também a atitude que permite a reabilitação do criminoso em *Til*, visto que a regeneração de João Fera dá-se através do trabalho. Podemos dizer, assim, que Alencar criou nesses textos situações que delineiam uma solução para a falta de mão-de-obra que permeava a sociedade sua contemporânea: a dedicação do homem livre pobre ao trabalho braçal.

Quanto à relação senhor/escravo, temos a configuração dos cativos como personagens que convivem bem com sua condição de escravo e aceitam-na sem problemas. Na sociedade desenhada nesses romances, os senhores são benevolentes e permitem que seus escravos possuam certo grau de liberdade, organizem festas e cultivem suas roças. Além disso, não há distanciamento efetivo entre senhores e escravos e a relação entre eles não parece mediada pela violência, mas pela cordialidade e benevolência, algumas vezes havendo até familiaridade e laços afetivos fortes entre eles. O trabalho escravo, da forma como é traçado nas narrativas, não parece um costume bárbaro que desmerece a sociedade que o cultiva, já que a rotina dos escravos e o tratamento que recebem dos senhores permite-lhes levar uma vida com regalias e prazeres que “as camadas pobres da Europa desconhecem”, como afirmam duas personagens de *O Tronco do Ipê*.

Nesse contexto, a opinião contrária à abolição por medidas diretas partilhada por parte da população brasileira não revelaria uma postura tirânica, já que a escravidão não geraria malefícios nem tensões raciais entre senhores e escravos. Assim, os europeus em geral não teriam motivos para condenar a manutenção da mesma no país alegando razões humanitárias, já que a forma como a escravidão acontecia no Brasil não constituía um problema social que exigisse uma resolução urgente e radical. Como mencionamos, a opinião européia acerca do Brasil era algo importante para parte dos intelectuais da época e um dos aspectos que colaborava para que o país não fosse visto como *civilizado* pela Europa era a manutenção da escravidão. Alencar, ao veicular nos romances uma imagem da escravidão no Brasil como um costume que nada tinha de bárbaro e de violento, estaria colaborando para redimir a imagem do país perante as nações civilizadas.

Vale destacar, ainda, que esses romances postulam a viabilidade de uma “reforma servil” baseada na iniciativa privada, algo que se dá através da construção de uma sociedade em que isso seria realmente possível. Em ambos os textos, o modo como os senhores tratam os escravos permite pensar que a “revolução dos costumes” que desembocaria na abolição espontânea era uma realidade, sendo viável fiar-se em uma “reforma servil” baseada na intervenção governamental indireta. Tal hipótese é, em certa medida, sustentada por uma das narrativas, já que no fim do enredo de *O Tronco do Ipê* os escravos Nhá Chica e Pai Benedito são libertos por ocasião do casamento de Mário e Alice. Essa ocorrência indicaria que a abolição na esfera do privado era possível, dependendo da consciência dos senhores e do bom comportamento dos escravos.

A forma como as personagens escravas são abordadas colabora para reforçar a validade da proposta de abolição pela iniciativa privada. Em *O Tronco do Ipê*, o escravo é concebido como intelectualmente inferior e constantemente equiparado às crianças livres em termos de desenvolvimento intelectual, algo que indicaria sua inaptidão para a liberdade, sendo necessária uma preparação para que ele pudesse ser integrado na sociedade de modo satisfatório e conseguisse viver bem como homem livre. Em *Til*, essa inaptidão aparece na insinuação de que os escravos não sabiam aproveitar nem mesmo os poucos momentos de liberdade que lhes eram concedidos: por ocasião da festa de São João, o fazendeiro Luís Galvão permite que eles festejem à sua maneira realizando um batuque, o qual termina em uma briga envolvendo todos os escravos, aspecto que pode ser tomado como indício de que eles perturbariam a sociedade caso obtivessem liberdade sem a necessária preparação.

Dessa forma, podemos dizer que, em *O Tronco do Ipê* e *Til*, Alencar desenhou uma sociedade em que a solução que ele escolhera para a questão escravista era viável, mantendo-se o respeito pela vontade senhorial, a qual sustentava a harmonia das relações, garantindo a manutenção da paz social e o bom andamento da lavoura, base da economia brasileira.

Além disso, parece-nos plausível dizer que nos romances ele também se pronunciou contra o modo como as relações escravistas configuravam-se: criando uma relação amena e sem tensões raciais entre senhores e escravos, estaria fornecendo um modelo para as práticas escravistas nacionais, levando os brasileiros em geral a verem que era possível manter a disciplina dos escravos e a organização de seu trabalho numa fazenda sem utilizar a violência como mediadora.

Podemos pensar, então, que as produções romanescas eram também uma forma de Alencar intervir nos debates sobre a “reforma servil” e veicular aos contemporâneos sua opinião acerca da questão. Por isso, a sociedade escravista criada nesses romances é a mesma criada pelos seus textos políticos: uma sociedade na qual se verificava a existência da “revolução dos costumes” que levaria ao fim da escravidão através da iniciativa privada.

Apesar de abordar aspectos políticos nos romances, Alencar não perdeu de vista seu projeto literário: criou obras que preenchem os requisitos formais do gênero por

ele eleito e que condizem com sua noção de literatura nacional, visto que apresentam os *elementos nacionalizantes* por ele assinalados e têm como cenário a realidade brasileira. A construção das personagens, a abordagem dos costumes regionais, o trabalho com a linguagem visando a representar o falar regional, assim como o cuidado nas descrições da natureza indicam a preocupação de incluir a “cor local” nos romances. Levando-se em conta as críticas dos contemporâneos às suas obras, podemos dizer que ele foi bem sucedido no desempenho da *tarefa*:

Quem lê um livro do conselheiro Alencar sempre encontra o que admirar.

Não é só o estylo poetico e delicado, é mais do que isso: o estado da nossa natureza, o mais perfeito brazilirismo nos quadros que descreve.

Vimos o periodo colonial e muitas scenas indianas tão descriptas no *Guarany*, passado na provincia do Rio de Janeiro; contemplamos depois, no *Tronco do Ipê*, os costumes contemporaneos e o mesmo interior da provincia do Rio, apoz uma transformação secular.

Com o *Gaúcho* fomos às savanas do sul, e admiramos aquelle viver tão outro e pittoresco, aquellas paysagens tão diversas.

Iracema é o mais lindo album da natureza cearense; as *Minas de Prata* revelaram-nos a Bahia de outras éras, e agora o *Til* leva-nos aos sertões de S. Paulo e applaudimos a pintura tão bem acabada d’aquella natureza risonha, e os traços de mestre no esboço de varios typos populares.¹⁷

O articulista destaca o “brasileirismo” dos textos alencarianos e a variedade de espaços e momentos históricos nacionais que eles tematizavam, possibilitando que os leitores viajassem pelas várias regiões brasileiras e conhecessem o passado nacional. Essa é a idéia que aparece na maioria dos textos críticos oitocentistas localizados, sendo notável (e intrigante) o fato de que nenhum deles traz comentários sobre a presença da escravidão nos romances abordados.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALENCAR, José de. (1980). “Advertência” a *As Asas de um Anjo*. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL.
- _____. (1959). “Benção Paterna” – Prefácio a *Sonhos D’Ouro*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José de Aguiar, Vol. I.
- _____. (1998). *Como e Porque sou Romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- _____. “Contradição”. *Dezesseis de Julho – órgão conservador*. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1870.
- _____. (1977). *Discursos Parlamentares de José de Alencar – deputado-geral pela província do Ceará (1861-1877)*. Brasília, Câmara dos Deputados.
- _____. (1957). *Til*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1957). *O Tronco do Ipê*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- CANDIDO, Antonio. (2000). *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, Vol. II.

¹⁷ Litteratura – Revista bibliographica. “Til – Por José de Alencar”. In: *A Reforma – orgao democratico*. Rio de Janeiro. 12 de abril de 1872, n.º 81.

- CHALHOUB, Sidney. (2002). *Machado de Assis: histórias, História*. Tese apresentada ao Departamento de História da UNICAMP para concurso público ao cargo de Professor Titular. Campinas.
- CONRAD, Robert. (1975). *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL.
- FAUSTO, Boris. (1995). *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da Educação.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1987). "O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império". In: HOLANDA (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. 3º Volume. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL.
- Litteratura – Revista bibliographica. "Til – Por José de Alencar". In: *A Reforma – orgao democratico*. Rio de Janeiro. 12 de abril de 1872, n.º 81.